

GRUPOS DE MULHERES DE ASSENTAMENTOS RURAIS DA MICRORREGIÃO DE ANDRADINA/SP: PERSPECTIVAS E DESAFIOS NO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA

Ana Heloísa Maia¹
Antonio Lázaro Sant'Ana²
Flaviana Cavalcanti da Silva³
Paula Suemy Landi koga⁴

RESUMO

Este trabalho visa identificar as perspectivas e desafios de agricultoras assentadas envolvidas em sete grupos de mulheres, três deles pertencentes ao Assentamento Pendengo, criado recentemente (2009) e quatro pertencentes ao Assentamento Timboré, criado em 1995; ambos localizados na microrregião de Andradina/SP. Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas entrevistas junto a 20 mulheres pertencentes a cada assentamento. As mulheres pertencentes aos grupos têm desenvolvido ações que visam a geração de renda, por meio da transformação e agregação de valor a produtos agropecuários ou tradicionais (pães, bolachas) e confecção de diversos tipos de artesanatos, estas ações permitem o fortalecimento das mulheres em função da relativa autonomia que ganham em relação aos respectivos maridos, em vista da importância socioeconômica dos trabalhos desempenhados junto aos grupos. Contudo, os diferentes tratamentos de atores sociais, muitas vezes pertencentes aos próprios assentamentos, em relação às mulheres e, em muitos casos, aos grupos, demonstram o não reconhecimento do envolvimento destas trabalhadoras em tais grupos, como uma estratégia de valorização da mulher no âmbito rural/social; há ainda a falta de apoio do marido, o que pode levar à redução da participação da mulher nas atividades do grupo. Diante de tais aspectos, há a necessidade de políticas públicas específicas que possam valorizar e incentivar as atividades desenvolvidas pelas mulheres no meio rural. A luta pelas tão almeçadas mudanças no contexto social da mulher assentada requer a organização destas trabalhadoras e o envolvimento destas em grupos específicos se mostra, então, como uma oportunidade de se diferenciarem e conquistarem espaços próprios dentro e fora do assentamento.

Palavras chaves: grupos de mulheres, assentamentos rurais, reforma agrária, agricultura familiar

¹ Engenheira Agrônoma, Aluna Regular do Programa de Pós Graduação de Agronomia da Faculdade de Engenharia – UNESP Ilha Solteira/SP – Email : anaheloisamaia@yahoo.com.br

² Engenheiro Agrônomo, Professor Doutor da Faculdade de Engenharia – UNESP Ilha Solteira/SP – Email : lazaro@agr.feis.unesp.br

³ Engenheira Agrônoma, Aluna Regular do Programa de Pós Graduação de Agronomia da Faculdade de Engenharia – UNESP Ilha Solteira/SP – Email: flaviana_cavalcanti@hotmail.com

⁴ Engenheira Agrônoma, Aluna Especial do Programa de Pós Graduação de Agronomia da Faculdade de Engenharia – UNESP Ilha Solteira/SP – Email: paulinhakoga@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A microrregião de Andradina é fortemente marcada pelos processos de luta pela terra e criação de assentamentos de reforma agrária. As lutas pela inserção das mulheres neste contexto se fazem cada vez mais presentes, estimulando os debates sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres na família e no mundo do trabalho. A clássica distinção de atividades, que destina algumas tarefas somente aos homens, começa a ser mudada no meio rural atual, cedendo lugar a uma articulação de atividades em que as mulheres passam a inserir-se em diferentes formas de produção e geração de renda às famílias.

A implementação de políticas voltadas para a valorização da cidadania da mulher na região de Andradina tem merecido destaque. Parcerias entre o INCRA/UNESP tem possibilitado o apoio de 11 grupos de mulheres em oito assentamentos da região, para investimento em projetos de panificação, horta orgânica, artesanato e costura, horta em sistemas de círculos (mandala) e avicultura de pequeno porte, resultando no atendimento de 681 famílias (INCRA, 2009).

Segundo Menegat (2008) refletir sobre as mulheres assentadas, que percorreram uma história de migração em busca de terra, é admitir que a construção da identidade encontra-se carregada de elementos voltados à memória das lutas passadas, às experiências que viveram em grupo e às tradições históricas e culturais que marcam suas vidas. Assim, a vivência de cada mulher assentada (recente ou não) deve ser levada em consideração para que se possa caracterizar o papel destas no âmbito da reforma agrária e sua influência na dinâmica familiar.

Dessa forma, este trabalho visa discutir as ações dos grupos de mulheres de dois assentamentos rurais criados em épocas distintas, procurando enfatizar os desafios enfrentados pelas mulheres assentadas no contexto da reforma agrária, bem como, as estratégias desenvolvidas por essas mulheres para a permanência na terra e sua estruturação na unidade familiar.

2. ASSENTAMENTOS RURAIS X MULHERES ASSENTADAS : A BUSCA PELA INSERÇÃO

Os assentamentos rurais, como contextos de mudança social, espaços rurais em construção são, em sua maior parte, fruto de processos de mobilização social por meio de movimentos sociais e organizações sindicais, bem como da ação de diferentes atores, criados a partir de uma lógica de intervenção governamental sobre situações de conflito, conforme a visibilidade e gravidade dos mesmos (MEDEIROS e LEITE, 2004). A interferência de alguns agentes externos aos assentamentos, pode contribuir para ampliar a inserção das mulheres no contexto da reforma agrária, pois embora a participação feminina tenha aumentado neste âmbito, os números revelam que ainda são poucas as mulheres que participam do processo de organização para possíveis ocupações de terras e também de determinadas decisões dentro do lote, como a comercialização (TRIGO, SANT'ANA e TARSITANO, 2009).

As mudanças relacionadas à condição das mulheres do campo passaram a ser evidenciadas a partir das décadas de 1980 e 1990 com o movimento de mulheres camponesas que intensificaram as discussões ligadas à suas condições de vida, buscando o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais, o direito à terra, igualdade e outros fatores que foram determinantes ao reconhecimento público da mulher rural. Lavinás (1991) mostra que esses aspectos foram explicitados em *slogans* usados por elas durante os primeiros movimentos de mulheres camponesas, na década de 1980: “Do lar, não! Mulheres Trabalhadoras Rurais” e “Mulher Trabalhadora Rural: declare sua Profissão”.

As reivindicações das mulheres possibilitaram a seguridade de direitos na Constituinte de 1988, o que lhes garantiu o acesso a terra e abriu portas para outras conquistas, como por exemplo, ter o nome na nota de venda de produtos, ter acesso ao crédito rural, ao salário maternidade, à aposentadoria e a outros benefícios que passaram a colocá-las em uma posição de visibilidade social e produtiva (MENEGAT, 2008).

Após muitas décadas de mobilização e articulação das mulheres rurais em torno do reconhecimento da sua profissão, do direito à sindicalização e da garantia de sua autonomia financeira e produtiva, elas começam a identificar e a denunciar as diversas formas de violência também dentro das famílias rurais, que muitas vezes não é percebida como tal: a proibição de ir a uma reunião; a falta de espaço na família para discutir as questões estratégicas da produção; a falta de acesso ao gerenciamento da propriedade, ao uso dos recursos comuns (tais como a terra, os instrumentos de trabalho, os recursos financeiros, etc.) (SILIPRANDI, 2009). Desta forma passam a

desenvolver atividades e lutar para sua reprodução, o que contribui também para um desenvolvimento rural equilibrado, justo e equitativo.

A participação da mulher é significativa na produção, na construção de redes de sociabilidade via sistema de parentesco (fundamentais para consolidar as estratégias familiares) e em atividades de cunho político mais geral. Apesar disso, na maioria dos casos, o trabalho da mulher não é reconhecido, acabam sendo excluídas de certos espaços decisórios e lhe são vedados (na prática) alguns direitos como os de herança e sucessão na terra (WOORTMANN, 1995; TEDESCO, 1999; SANT'ANA, 2003).

Simião e Marchi (1995) afirmam que as mulheres ao extrapolar as funções dona-de-casa e assumir novos espaços no mercado de trabalho, põem em jogo uma série de imagens conflitantes do espaço masculino e feminino. Tradicionalmente a função de sustentar a casa e a família tem um caráter simbólico eminentemente associado ao masculino. Desta forma, quando a mulher começa a ter um rendimento fruto de seu próprio trabalho, o marido sente que seu espaço “masculino” está sendo invadido.

Na área rural apesar da representação considerável do sexo feminino na esfera produtiva, o trabalho executado pelas mulheres tem pouca visibilidade nas estatísticas oficiais e elas foram um dos grupos mais esquecidos pelas políticas públicas (BRUMER e PAULILO, 2004).

Segundo Yannoulas (2002), 20% da população feminina economicamente ativa concentrava-se em atividades agrícolas: 39% dentre elas eram trabalhadoras sem remuneração alguma, e 42% eram trabalhadoras na produção para o próprio consumo, ou seja, 81% das mulheres envolvidas em atividades agrícolas não recebiam nenhum tipo de compensação financeira, sendo que o percentual de homens na mesma situação não atingia sequer 27%.

Esta situação se reproduz nos assentamentos rurais da região, embora haja uma mobilização política marcando a luta pela terra e as discussões sobre o papel da mulher no contexto da reforma agrária, a participação feminina nas decisões ainda é insuficiente. Geralmente associa-se o destaque das mulheres em atividades agrícolas ao seu estado civil, em muitos casos é considerado que a mulher sendo viúva, separada do marido, solteira (neste caso, em unidades familiares compostas somente por mulheres), isto faz com que essas mulheres sejam levadas a desenvolver as atividades dentro da propriedade para sua própria sobrevivência.

Trigo (2006) ao estudar a participação e exclusão do trabalho das mulheres em Assentamentos Rurais da região de Andradina, verificou que a maioria acumula as

funções de trabalho doméstico e o trabalho na esfera produtiva, tanto de animais e culturas restritas ao quintal e alguns casos desenvolvem atividades remuneradas (agrícolas e não-agrícolas), no entanto, a autora evidencia que esta participação não é acompanhada na mesma proporção nas decisões, especialmente aquelas referentes aos cultivos e criações destinados à comercialização e em ações que demandam contato direto com agentes externos (pessoas físicas e jurídicas) à família e/ou ao assentamento.

Alguns autores abordam que a invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura familiar está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e da unidade produtiva é socialmente outorgada ao homem. Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar: preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, entre outras (incluindo a transformação de produtos e o artesanato), somente são reconhecidas, porém com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, da horta doméstica, pequenos animais do quintal).

As atividades executadas pelas mulheres são mais expressivas quando organizadas e desenvolvidas em grupos. Neste sentido, Moser (1999) afirma que:

(...) no empoderamento, há o reconhecimento de que suas estratégias não serão implementadas sem o esforço sustentado e sistemático das organizações de mulheres e grupos similares que podem utilizar não apenas as mudanças legais, como também a mobilização política, a conscientização e a educação popular. Aqui, se reconhece o triplo papel das mulheres e busca-se, através das organizações de mulheres de baixo pra cima, conscientizar as mulheres para que desafiem a subordinação (MOSER, 1999, p.55).

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em janeiro de 2010 em dois projetos de assentamento da microrregião de Andradina/SP, sendo eles: Timboré, abrangendo os municípios de Andradina e Castilho, e Pendengo, localizado no município de Castilho. Foram entrevistadas 20 mulheres em cada assentamento, procurando identificar quais as perspectivas e desafios entre os grupos de mulheres de um assentamento novo (Pendengo, criado em 2009) e os grupos de mulheres de um assentamento antigo (Timboré, criado em 1995). Foram analisadas as estratégias criadas por elas para

permanecerem na terra e, diante deste contexto, realizar um balanço atual da situação das mulheres na reforma agrária.

O instrumento utilizado para a coleta de dados nos dois assentamentos foi o questionário, que abordou diversos aspectos, como a avaliação das mulheres sobre o trabalho em grupo, as estratégias para permanência na terra e as perspectivas de ambos os grupos, confrontando as idéias de assentadas que estão iniciando o trabalho na terra, com o pensamento de mulheres que já são assentadas há mais tempo. Também buscou-se verificar a diversidade do universo estudado abordando questões sobre o grau de escolaridade, a idade, tipos de trabalhos realizados dentro do assentamento, participação da mulher nas atividades dos grupos e tipos de atividades desenvolvidas.

A aplicação dos questionários junto às mulheres assentadas da reforma agrária foi realizada durante visitas aos respectivos lotes/propriedades, nas quais se buscou empregar uma abordagem que proporcionasse as entrevistadas liberdade para expor os aspectos inerentes a condição da mulher na reforma agrária, bem como, as perspectivas, e os desafios enfrentados por essas mulheres no campo.

Em seguida, os dados dos questionários foram tabulados e procedeu-se a análise dos dados levantados, visando uma abordagem dos aspectos de permanência na terra e as dificuldades encontradas por essas mulheres para sua inserção como sujeitos sociais, revendo o lugar destinado a elas no contexto da reforma agrária.

4. RESULTADOS

O Projeto de Assentamento Timboré se destaca pelos quatro grupos de mulheres que se uniram para produção artesanal de produtos agropecuários ou tradicionais (pães e bolachas) e confecção de diversos tipos de artesanatos. No Projeto de Assentamento Pendengo, as atividades com os 03 grupos existentes estão se iniciando, no entanto, já mostram que as atividades das mulheres são expressivas. Desde que o trabalho seja realizado de forma organizada, este ganha forças quando é desenvolvido de forma coletiva e/ou em grupos (coletivo seria o que se faz junto, ao mesmo tempo, vende, desconta os custos e reparte o lucro; em grupo: cada um faz o seu, mas há um grupo que faz produtos semelhantes, o que pode facilitar a aquisição de insumos, conseguir canais de comercialização, etc.).

Os resultados obtidos neste trabalho mostram que no Assentamento Pendengo a maioria das mulheres são mais jovens do que no Assentamento Timboré .Quando se

considera o grau de inserção das mulheres na reforma agrária e o trabalho em grupo, as mulheres de assentamento mais antigo tem se mostrado com baixas perspectivas, revelando um caráter de desavença entre os grupos, resultando muitas vezes que as atividades antes desenvolvidas em grupo, passam a ser conduzidas individualmente em seu próprio lote. No entanto, as mulheres assentadas recentemente, demonstram grande força e união, com desafios que vão muito além do espaço alcançado pela mulher na reforma agrária e servem como base para alavancar as estratégias de permanência na terra e seu desempenho no processo produtivo do lote.

O que chama a atenção no Assentamento Timboré é que as mulheres tiveram um papel efetivo na luta pela conquista da terra e na estruturação básica do assentamento, enfraquecendo posteriormente, quando foi preciso organizar o lote. Este enfraquecimento dos grupos foi colocado por elas devido a dificuldade de deslocamento, os lotes ficaram mais distantes e os encontros se tornaram menos freqüentes, como cada mulher gostaria de desenvolver individualmente as atividades no seu lote por conta da facilidade de manejo e das desavenças ocorridas, o trabalho entre os grupos foi se desfazendo, retornando em outro momento devido ao incentivo de agentes externos (Incrá , Itesp e Prefeituras) e aos fatores econômicos.

Já as mulheres do Assentamento Pendengo buscam formar grupos para que possam receber treinamentos e cursos diversos, como por exemplo, sobre artesanato, pintura, fabricação de queijo, doce de leite, pães caseiros. Procuram com essas capacitações adquirir conhecimentos para fabricação de produtos, cuja venda poderá auxiliar no rendimento familiar. As atividades dos grupos também é uma oportunidade de trocar experiências entre si, e procuram ainda formalizar ações e discussões sobre a melhoria da infraestrutura não só do grupo, mas de todo Assentamento, impulsionando discussões sobre saúde, educação e meio ambiente. Buscam tornar esse início de Assentamento um *espaço* mais estruturado às famílias; organizam atividades recreativas (quermeses, bingos, rodeios, etc.) que, além de tornar o local um *lugar* mais agradável para se viver, também levantam recursos para que possam ser implantadas benfeitorias coletivas ao Assentamento².

A maioria das mulheres entrevistadas em ambos assentamentos possuem baixa escolaridade, no entanto, a educação familiar e escolar reforça as distinções de papéis,

² O *espaço* é uma dimensão ainda não apropriada pela família, é desconhecido e percebido como potencialmente perigoso; enquanto *lugar* é o espaço domesticado, tornado familiar e próprio para a família viver e conviver por meio do trabalho (MARTINS, 2009).

lugares e espaços determinados pelas relações de gênero, confirmando o que enfatiza Louro (1997), para quem “a escola delimita espaços”. Dessa forma, verifica-se que há uma distinção de tratamentos entre as mulheres de maior escolaridade, as quais frequentemente ficam responsáveis pelas discussões em grupo, elaboração de atas e planejamento de atividades. No entanto, em assentamentos mais antigos, esta distinção não é tão evidente, pois a mulher que se destaca, possui maior círculo de relações sociais ou “expressa-se melhor”, independente do grau de escolaridade.

As atividades realizadas com as mulheres do assentamento Timboré e Pendengo, revelaram que as estratégias que se abrem a partir da entrada na terra e a experiência acumulada ao longo dos processos produtivos, indicam que o viver na terra cria vínculos de reconhecimento social que, embora com o passar do tempo possam ser minimizados, permitem que as mulheres se unam e busquem construir seus projetos de vida afim de se apropriarem da terra e torná-la como grande fonte geradora de renda e bem estar familiar.

Os grupos de mulheres do Assentamento Timboré destinado à produção artesanal de pães, doces caseiros e bolachas, atualmente encontra-se com quatro mulheres na fabricação dos produtos. Sendo que duas delas continuam produzindo de forma artesanal pães, doces, geléias, bolachas (cerca de 5-10 unidades/semana dependendo do produto) e a venda é realizada diretamente aos consumidores. Já algumas assentadas (10) têm optado por fabricar individualmente esses produtos para vender no comércio de Andradina/SP, de porta em porta, e tem obtido um lucro maior do que na época em que faziam parte do grupo, no entanto, encontram maiores dificuldades de escoamento da produção que gera em torno de 12 unidades semanais.

A produção de artesanatos tem se tornado uma ótima fonte de renda às assentadas (6) que produzem bolsas, chinelos, chaveiros, colchas de retalho, lençóis e outros itens. Juntas produzem cerca de 6 a 8 unidades semanais de cada produto, vendendo direto ao consumidor. As bolsas alcançam um preço de até R\$ 40,00, os chinelos R\$28,00 a 30,00, e o valor da colcha e lençol depende do tamanho e tipo de bordado, mas a maioria das peças varia entre R\$70,00 e R\$100,00. Essas mulheres se reúnem para discutir o que irão fabricar e onde pretendem comercializar, sendo que as vendas normalmente são realizadas dentro do assentamento e em feiras livres.

Os grupos de mulheres do Assentamento Pendengo iniciaram seus trabalhos, dando importância às atividades produtivas, como a criação de aves de pequeno porte e a confecção de produtos artesanais (pinturas e bordados), que segundo as assentadas do

grupo, são atividades mais fáceis de serem desenvolvidas e por conta da pouca estrutura que mantém no lote. Passam também a requerer projetos que possam ser desenvolvidos em áreas de menor infra-estrutura, assim realizam reuniões para discutirem assuntos pertinentes à produção e desenvolvimento de atividades geradoras de renda nos lotes das companheiras do grupo, escolhendo sempre o local das reuniões de modo a facilitar o acesso e a participação de todas. As reuniões ocorrem semanalmente e alguns casos são feitas mais de uma reunião por semana, dependendo da demanda do grupo e/ou venda dos produtos.

As dificuldades que temos de acesso aos lotes das companheiras pra reunião são superadas quando chegamos lá e todo mundo tá reunido, botando a conversa em dia, discutindo e produzindo. Saio das reuniões com meus panos de prato pintados e prontos pra vender. (A.M., 56 anos, divorciada, Assentamento Pendengo)

Os maiores desafios encontrados pelas entrevistadas são o reconhecimento das atividades do grupo dentro e fora do assentamento; geração de renda com os produtos artesanais, conseguir conciliar a vida de mãe, esposa e trabalhadora rural; resolver as divergências que ocorrem entre os grupos; a dificuldade de acesso ao local das reuniões e as dificuldades financeiras. Embora sejam inúmeros os desafios, de certa forma, elas conseguem a cada dia vencer mais um obstáculo, lutando pela permanência na terra e pelas atividades produtivas que desejam implantar.

Observam-se diferentes tratamentos destinados às mulheres, e em muitos casos os grupos de mulheres não são reconhecidos como uma estratégia de inserção da mulher no âmbito rural/social. Há ainda a falta de apoio do marido para tais atividades, que pode levar a redução da participação da mulher nas atividades do grupo.

Embora muitas delas tenham desempenhado atividades tais quais os seus maridos, ainda assim, não são reconhecidas como trabalhadoras rurais e essas atividades são tidas por outros homens como um “auxílio/ajuda extra” no lote, como pode ser observado no depoimento de uma das assentadas :

A gente trabalha duro e ainda assim as tarefas feitas são tidas como ajuda... outro dia meu vizinho passou pelo meu lote, onde eu estava carpindo e disse: “Nossa dona Maria hoje você tá com vontade de agradecer o marido hein...” (M.J.O., 36 anos, casada, Assentamento Pendengo).

O não reconhecimento por parte de muitos atores (na sua maioria homens), faz com que essas mulheres se unam e se diferenciem de tal forma que sejam realmente vistas em pé de igualdade aos seus companheiros, são resistentes em suas reivindicações e passam a exercer um papel diferenciado na unidade familiar. No entanto, o empoderamento das mulheres do campo não é fácil e nem definitivo, já que:

(...) a subordinação da mulher parece normal dentro da ideologia patriarcal, é difícil que a mudança entre em erupção espontaneamente da condição de subordinação. O empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência da discriminação de gênero (DEERE e LEÓN, 2002, p. 55).

Esse processo requer uma “transformação no acesso da mulher tanto aos bens quanto ao poder” e, ao mesmo tempo, o empoderamento da mulher é uma pré-condição para a obtenção da igualdade entre homens e mulheres (DEERE e LEÓN, 2002).

Em alguns casos as mulheres tomam as decisões dentro do lote do que produzir, como administrar o dinheiro ganho, vão até a cidade comercializar seus produtos, tendo jornadas duplas e/ou triplas de trabalho, tendo que conciliar o trabalho doméstico com o campo.

Uma das mulheres entrevistadas do Assentamento Timboré comenta como é sua jornada de trabalho, tendo que se desdobrar entre as atividades “do lar” e do campo:

Acordo cedo todos os dias, não passo das 5:00 horas da manhã, faço o café pra meu marido, trato das galinhas, das cabras e dos porcos; pego carona com o ônibus escolar às 6:15 da manhã pra ir pra cidade resolver as coisas do sítio, comprar ração pros animais, vender o leite de cabra no mercado e as vassouras quando tem, volto só depois da 7 da noite, meu marido é quem faz a janta, eu tomo banho e, durante a janta, comento como foi os negócios com ele, e vou pra cama dormir que logo tenho que acordar pra mais um dia de trabalho. (J.L.O., 55 anos, casada, Assentamento Timboré).

As realidades dos dois assentamentos rurais apontam uma participação significativa das mulheres nas atividades produtivas, no entanto, esse fato é mais presente em assentamentos novos, como o P.A. Pendengo, em que cerca de 52% das mulheres entrevistadas trabalham nos lotes, tem planos de aumentar a participação na renda familiar, apostando no grupo de mulheres como uma grande chance de concretizarem seus intentos.

Hoje eu vejo mais união entre as mulheres do que quando a gente era acampado, a gente se reúne pra discutir as coisas em grupo, fazer nossos artesanatos, e uma ajuda a outra, ou com as tintas, ou empresta um pano e assim a gente vai tirando nossa renda com isso. No lote a gente trabalha firme pra construir nosso sonho, mas nunca esquecemos da reunião do grupo, porque é daí que a gente tira nossa renda pra ajudar nossos filhos a continuar estudando e comprar o que for preciso pra casa. (M.B.P., 38 anos, casada, Assentamento Pendengo)

Minha filha, aqui a gente faz de tudo e não perde as estribeiras... (N.P., 42 anos, casada, Assentamento Pendengo)

Nos assentamentos estudados embora ainda haja diferenciação entre as atividades desenvolvidas entre os homens e mulheres, em ambos os casos, estas buscam seu espaço através das organizações de mulheres para que os assuntos pertinentes a esse universo sejam definitivamente expostos e tidos como inspiração às demais mulheres que assumiram e/ou assumem um papel de submissão em relação aos seus maridos.

Neste contexto, há necessidade de ampliação das políticas públicas que possam alcançar todas as esferas desse universo, valorizando e incentivando as atividades desenvolvidas pelas mulheres no meio rural e que possibilitem mudanças efetivas tão almejadas por todas as mulheres .

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres pertencentes aos grupos dos assentamentos Timboré e Pendengo têm desenvolvido ações que visam a geração de renda, por meio da transformação e agregação de valor a produtos agropecuários ou tradicionais (pães, bolachas) e confecção de diversos tipos de artesanatos. Estas ações permitem o fortalecimento das mulheres em função da relativa autonomia que ganham em relação aos respectivos maridos, em vista da importância socioeconômica dos trabalhos desempenhados junto aos grupos.

Assim, mobilizadas por suas ações, passam a lutar para exercer seus direitos enquanto mulheres e donas de suas próprias vidas, contribuindo para a transformação do mundo injusto em que vivem e das relações sociais existentes.

Ainda que as mulheres tenham que acumular funções (doméstica/campo), em muitos dos casos não são reconhecidas por tais atividades e suas participações em processos decisórios podem ser quase nulas. A mudança da condição de subordinação

dessas mulheres no âmbito rural vai muito além desse território e exige ações dos diferentes atores sociais envolvidos no processo de reforma agrária.

Diante de tais aspectos, há a necessidade de políticas públicas específicas que possam valorizar e incentivar as atividades desenvolvidas pelas mulheres no meio rural. A luta pelas tão almejadas mudanças no contexto social da mulher assentada requer a organização destas trabalhadoras e o envolvimento destas em grupos específicos se mostra, então, como uma oportunidade de se diferenciarem e conquistarem espaços próprios dentro e fora do assentamento.

6. REFERÊNCIAS

DEERE, C. D.; LEÓN, M. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

INCRA. Cartilha “Dialogando Conhecimentos”. Superintendência Regional de São Paulo – SR (08); São Paulo: 2009.

LEITE, S. et al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004. 392p.

LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

MARTINS, V. S. *Lugar da morada: a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da Reforma Agrária*. Porto Alegre (Dissertação em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. 227p.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (org.). *Assentamentos rurais. Mudança Social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Maud, 2004.

MENEGAT, A. S. *No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia*. Araraquara (Tese de doutorado), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2003.

MENEGAT, A. S. *Mulheres de assentamentos rurais: identidades e trajetórias em construção. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2008.

MOSER, C. Os diferentes enfoques em políticas para mulheres de baixa renda. In: PORTELA, Ana Paula; GOUVEIA, Taciana. **Idéias e Dinâmicas para trabalhar com gênero**. Recife: SOS Corpo, 1999. P. 213-221.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*. Florianópolis (SC), v. 12, n. 01, 2004.

SAFFIOTTI, H. I.B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SANT'ANA, A. L. *Raízes na terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)*. Araraquara, 2003. 246p. Tese(Sociologia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

SIMIÃO, D. S.; MARCHI, L. *Falando em gênero: novas práticas de relações de gênero no trabalho com setores populares*. Curitiba: ADITEPP, 1995, 22p.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. 2009. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. PassoFundo: EDIUIFP, 1999. 325p.

TRIGO, J.M. Participação e exclusão: O trabalho feminino nos assentamentos rurais da região de Andradina (SP). Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira- UNESP. Ilha Solteira, 2006, 60p.

TRIGO, Juliana Moreno, SANT'ANA, A. L., TARSITANO, M. A. A. Participação das mulheres no trabalho e nas decisões familiares em assentamentos rurais. *Informações Econômicas*. Instituto de Economia Agrícola. , v.39, p.18 - 30, 2009.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb,1995. 336p.

YANNOULAS, S.C. *Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.